

(Re)Pensando as relações sino-africanas: Uma análise crítica sobre os discursos Sul-Sul de cooperação e de solidariedade internacional

RESUMO:

O presente artigo objetivou tensionar, por meio de análise crítica dos discursos Sul-Sul de cooperação e solidariedade internacional, a atuação da China na África. As relações sino-africanas são seculares; entretanto, só conheceram progresso após a revolução chinesa, ocorrida em 1949, momento que coincide com intensos movimentos independentistas na África. A Conferência de Bandung (1955) oficializou e deu outra roupagem às referidas relações. Os discursos de amizade, solidariedade, igualdade, proferidos na ocasião pelo então Primeiro Ministro chinês, Zhou Enlai, passaram a nortear essas relações. No entanto, apesar do uso excessivo desde então, tais discursos são contrariados por alguns fatos decorrentes da atuação da potência asiática no continente conforme se concluiu com esta pesquisa, razão pela qual se defende que tais relações sejam repensadas. Para atingir o objetivo preconizado fez-se o uso do método qualitativo, com base no qual foi feito o levantamento e análise da literatura corrente sobre o tema.

Palavras-chave: Relações sino-africanas. Conferência de Bandung. Solidariedade internacional.

(Re)Thinking the Sino African relations: A critical analysis on South-South cooperation and on international solidarity discourses

ABSTRACT:

This article aimed to tension, through a critical analysis on South-South and international solidarity discourses, China's actions in Africa. The Sino African relations are secular, however, they only progressed after China's revolution, which took place in 1949, a moment that coincided with an intense movement across Africa for independence. The Bandung Conference has officialized and raised the relations between the two. The speeches on friendship, solidarity, equality etc., emphasized by the Chinese Prime Minister at the time, Zhou Enlai, came to guide the relations between the two since then. Despite the excessive use, such discourses are contradicted by some facts concerning the performances of the Asian superpower in the continent, as this work concluded, the reason why it is argued that the relations between the two should be rethought. To achieve the main objective, the qualitative method was adopted, based on which the current literature on the topic was surveyed and analyzed.

Keywords: Sino African relations. Bandung Conference. International solidarity.

Deuinalom Fernando Cambanco¹

¹ Acadêmico e pesquisador ligado aos grupos e redes de pesquisa Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO-UFBA) e Rede Espanhola de Estudos de Desenvolvimento (REEDS). Bacharel em Ciências Humanas pela UNILAB, Mestre e Doutorando em Relações Internacionais pela UFBA. Email: cambancoduiner10@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A África sangra, apesar das suas abundantes riquezas naturais e culturais, constrangida às ordens das instituições financeiras mundiais; explorada e espoliada por investimento estrangeiro neocolonialista; manipulada pela interferência externa, aberta ou disfarçada à sombra de ajuda humanitária ou de ajuda ao desenvolvimento [...]. (PAPELO, 2012, p. 04)

As relações sino-africanas são seculares, porém, só conheceram progresso após a revolução chinesa, ocorrida em 1949, momento que coincide com intensos movimentos independentistas na África. A conferência de Bandung (1955), evento no qual formalmente surge a Cooperação Sul-Sul, oficializou e deu outra roupagem às referidas relações. Os discursos de amizade, solidariedade, igualdade, não indiferença, não condicionalidade, não ingerência nos assuntos internos, ganhos mútuos etc., proferidos na ocasião desse evento pelo então Primeiro Ministro chinês, Zhou Enlai, passaram a nortear essas relações. Neste sentido, a África – um continente massivamente explorado e castigado pelo colonialismo europeu ao longo de mais de quatro séculos – encontra na China uma “parceira” ideal; uma parceira com a qual partilhava o mesmo passado histórico, os mesmos problemas e necessidades socioeconômicas, os mesmos objetivos e, sobretudo, as mesmas aspirações futuras.

Inicialmente permeada pelas afinidades ideológico-políticas, conforme veremos mais à frente, tais relações contemplariam o campo econômico-estratégico nos anos seguintes à revolução de 1949, particularmente com a abertura econômica da potência asiática a partir da década de 1970. Guiado pelo que Mendes (2010) classifica como pragmatismo assertivo, assente nos discursos acima aludidos, o gigante asiático se depara com uma enorme aceitação dos países africanos e seus líderes – o que acaba abrindo portas para suas empresas e seus negócios no continente. Nesse sentido, a título de exemplo, conforme Mendes (2010)

As três principais companhias energéticas chinesas, a China National Petroleum Corporation (CNPC), a China Petroleum & Chemical Corporation (SINOPEC) e a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), compraram dezenas de concessões petrolíferas e de gás em países africanos [...]. (MENDES, p. 26)

Esse fato não só demonstra, mas reforça a percepção do forte engajamento da potência asiática no continente africano. Não obstante, alguns fatos contrários aos

discursos surgidos em Bandung têm caracterizado a atuação desse país no continente africano, embora sejam muitas vezes ignorados, não apenas pelos *policy makers* chineses, mas também por uma boa parte de escritos acadêmicos – os quais frequentemente dão mais ênfase aos aspectos positivos da presença do país asiático no continente, conforme veremos na última seção. Dito isso, importa assegurar que o presente trabalho, com base no método qualitativo (que inclui levantamento e análise de literatura corrente sobre o tema) assume que, apesar dos referidos discursos, as relações sino-africanas são dignas de serem repensadas – visto que algumas ações da potência asiática no continente (vide a última seção) não fazem jus aos preceitos fundadores das mesmas. Tendo isso sido enaltecido, importa assegurar que o trabalho encontra-se dividido, fora esta introdução e as considerações finais, em três seções, como segue: a primeira seção centra-se na discussão em volta de Conferência de Bandung e o surgimento de conceito de Cooperação Sul-Sul e suas implicações na atual fase das relações sino-africanas; a segunda seção, por sua vez, se centrou na abordagem envolvendo o histórico das relações sino-africanas, trazendo assim um breve panorama sobre as mesmas, de modo a situar o leitor no tempo e no espaço; e, por fim, a terceira e última seção, por sua vez, incumbiu-se de trazer à tona alguns fatos que, na perspectiva deste trabalho, contrariam os discursos de Pequim sobre sua relação com o continente africano.

CONFERÊNCIA DE BANDUNG (1955): O NASCIMENTO E A OFICIALIZAÇÃO DA RETÓRICA SUL-SUL DE COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE ENTRE OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

O contexto pós Segunda Guerra Mundial foi essencialmente difícil, não apenas para os países e potências que estiveram diretamente envolvidos naquela batalha, senão para a humanidade em geral, visto que houve danos talvez nunca antes experienciados pela humanidade. Neste sentido, o momento requeria medidas urgentes a fim de reconduzir os países e as populações do mundo a um contexto melhor e assim selar um virar de página, não apenas nos âmbitos de beligerância ora instalada, mas também econômico, social e, sobretudo, na forma de se relacionar entre diferentes países e atores internacionais. A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), que inicialmente tinha como principais doadores e promotores os países desenvolvidos², no entanto, em conformidade com Milani (2014), se estabelece e se institucionaliza nesse contexto; um contexto acalorado e que tinha no meio a rivalidade Leste vs. Oeste (Estados Unidos vs. União Soviética – URSS) – e no qual os temas como direitos humanos, descolonização e desenvolvimento ecoavam fortemente um pouco por todos os quadrantes do mundo (MILANI, 2014). Neste sentido, conforme Leite (2012),

Nas décadas de 40 e 50, a CID era predominantemente bilateral e tinha como foco a melhoria da infraestrutura dos países em desenvolvimento. Esse foco se baseava no entendimento do desenvolvimento econômico como crescimento da renda nacional, a ser atingido por meio de uma rápida industrialização. Seguindo a experiência dos países desenvolvidos, e baseando-se em padrões puramente econômicos, a causa do subdesenvolvimento era atribuída à escassez de capital e de conhecimentos técnicos para a industrialização, cabendo aos doadores, como havia acontecido no caso do Plano Marshall, suprir essas lacunas. (LEITE, 2012, p. 9)

O Plano Marshall, referido pela autora no final da citação, um importante programa de financiamento estadunidense para a recuperação e reconstrução de boa parte dos seus aliados da Europa ocidental, implementado nos anos seguintes à Segunda Guerra, se credencia, pode-se dizer assim, como um dos primeiros e principais movimentos nesse sentido, embora a Europa já fosse claramente uma região desenvolvida

² Se disse isso porque hoje, a CID se expandiu e contempla os mais diversos Estados e atores, não apenas do Norte-Global, mas também do Sul-Global, particularmente os emergentes como China, Índia, Brasil, Rússia e África do Sul.

por status e também na prática. De acordo com Kraychete (2016), o referido plano foi lançado em 5 de julho de 1947, em discurso do general George Marshall, na altura secretário de Estado do presidente Truman e visava atender os países europeus que sofreram estragos resultantes da Segunda Guerra Mundial – constituindo assim um instrumento importante para a política externa norte americana nas décadas seguintes. Conforme essa autora, durante os primeiros quatro anos de sua vigência foram aplicados 13,5 milhões de dólares para a recuperação da Europa, cujos principais receptores destes recursos foram Grã-Bretanha (26%), França (23%) e Alemanha (10%).

Outros projetos e (ou) programas de financiamento por parte dos Estados Unidos nesses moldes se alastraram para outras regiões, mais concretamente a América Latina, com o Aliança para o Progresso, lançado em Punta del Este no ano de 1961, pelo governo do então presidente John F. Kennedy. As diretrizes que orientaram a implantação desse programa pelo governo norte-americano na altura eram as seguintes: modernização (que tinha a ver com o incentivo das iniciativas com capacidade de transformar e aperfeiçoar a estrutura produtiva); à industrialização e urbanização; além de iniciativas para reforços educacionais e combate ao analfabetismo, bem como a melhoria de saúde (KAYCHETE, 2016). Visto isso, no entanto, importa referir que foi também nesse contexto turbulento e desafiador que os países do sul global, que inclusive contempla os países latino americanos, na altura taxados de terceiro mundo (nomenclatura que muitos hoje, eu me incluo, preferem não usar por acharem-na pejorativa) decidiram se reunir para discutir formas pelas quais podem se relacionar entre si e intercambiar de melhor maneira possível o conhecimento e experiências, visando, em última instância, o desenvolvimento e bem estar para os seus povos. Ou seja,

No contexto da Guerra Fria e dos movimentos de descolonização, os países do chamado “Sul global” passaram a ser tratados, e também a se verem, como parte de um grupo específico, cujo objetivo comum seria a promoção do seu desenvolvimento e a defesa de sua soberania. (LEITE, 2012, p. 13)

Eis que, em 1955, ocorreu a Conferência de Bandung que, como o nome já prenuncia, ocorreu em Bandung, na Indonésia. A referida conferência serviu como bússola, pode-se dizer, para que os países em desenvolvimento pudessem, de maneira autônoma, articular o seu próprio desenvolvimento. A rejeição ao jugo colonial, ao

imperialismo e à exploração, por um lado, e a necessidade de formar uma frente comum em defesa da autodeterminação, liberdade, independência entre outras coisas, por outro, moldaram a referida iniciativa (BISSIO, 2015), uma iniciativa que, na verdade, acabou resultando na hoje conhecida como Cooperação Sul-Sul. Conforme Silva (2011),

Conceitualmente, a CSS representa um conjunto de atividades de intercâmbio realizadas no âmbito técnico, político e econômico entre os países em desenvolvimento que vem se consolidando há várias décadas em complemento ao modelo tradicional, Norte-Sul, de cooperação internacional. Desta forma, pode-se entender também que se trata — de um processo de interação econômica, comercial, social ou de outra natureza que se estabelece com vantagem mútua entre países parceiros localizados no hemisfério Sul. (SILVA, p. 52)

A verdadeira motivação por detrás dessa iniciativa tinha e ainda tem a ver, em larga medida, com a criação de condições que possibilitassem os países envolvidos identificarem e compreenderem da melhor forma os seus problemas de modo a encontrar soluções mais viáveis e adaptáveis às suas reais necessidades – o que só seria possível através de uma cooperação horizontal³, isto é, uma cooperação na qual as partes envolvidas possam cada uma se beneficiar da mesma maneira mediante as ações cooperativas baseadas na justiça social, solidariedade, horizontalidade, não indiferença, não exploração etc. Por essas e outras razões acredita-se que a Cooperação Sul-Sul seja mais vantajosa que a tradicional modalidade, a Norte-Sul⁴; sendo assim, particularmente, muito pouco problematizada. Essa percepção (de ser vantajosa devido as questões como solidariedade e amizade), no entanto, no entendimento de Leite (2012), é muito limitada, por pelo menos, em sua concepção, duas razões:

Em primeiro lugar, os próprios governos dos países do Sul, embora incorporassem em seus discursos, no passado e hoje, o suposto caráter diferencial da CSS, baseado nos princípios da horizontalidade e da não-ingerência (expresso na suposta inexistência de condicionalidades), relutavam

³ Neste sentido, justifica enaltecer que, diante das evoluções, a Cooperação Sul-Sul, conforme Silva (2011, p.54) se assenta nos seguintes pressupostos: i) similaridades no grau de desenvolvimento; ii) os mesmos obstáculos para atingir níveis satisfatórios de bem-estar social; iii) atividade potencializadora de melhores práticas e orientações sobre o uso eficiente dos recursos; e iv) transferência sistemática e sustentada de experiências, conhecimentos e técnicas que podem ser reproduzidas

⁴ Cooperação Norte-Sul (CNS) é aquela praticada na modalidade vertical e a partir dos países do norte para os do sul. Dita de outra maneira, é a cooperação na qual os doadores são os países do Norte-Global, neste caso os países desenvolvidos e, os recipiendários, por sua vez, são os países do Sul-Global, os países menos desenvolvidos. Resumindo: é o inverso da Cooperação sul-Sul.

em priorizar a CSS em detrimento da CNS. De fato, todos os comunicados resultantes de suas reuniões apontavam o caráter complementar, e não substitutivo, da CSS em relação à CNS. Em segundo lugar, a abordagem dependentista à CSS é excessivamente normativa por não se basear em evidências empíricas, mas em expectativas de que as relações entre os países em desenvolvimento seriam neutras e despidas de interesses imperialistas. O *rationale* básico é que, como foram colônias e sofreram intervenções externas a mais variadas no passado, sendo o caso recente mais emblemático o das condicionalidades atreladas aos programas de ajuste estrutural, os novos doadores não fariam o mesmo com seus homólogos sulinos. (LEITE, p. 23-24)

Relativamente à abordagem normativa em relação à Cooperação Sul-Sul a autora salienta que diversos pressupostos ainda a deixa latente. Isto, em sua análise, assim como na abordagem anterior, por pelo menos dois motivos. Em conformidade com ela,

Em primeiro lugar, existe uma crença arraigada de que a proximidade de condições estruturais entre os países do Sul favoreceria uma eficácia maior dos modelos exportados entre eles em relação à cooperação tradicional. Em segundo lugar, e também ligado à premissa da homogeneidade entre os países do Sul, está o pressuposto de que as relações entre eles seriam despidas de dinâmicas de poder e de interesses (LEITE, 2012, p. 24).

Esse discurso de relação baseada na amizade, horizontalidade, solidariedade, respeito mútuo, não ingerência, ganha-ganha etc., apregoadas desde a sua idealização, evidenciado claramente na fala do então Primeiro Ministro chinês Zhou Enlai na Conferência de Bandung, como já foi colocado, tem legitimado esse normativismo que a autora pontua – de modo que raramente se questiona as ações decorrentes dela. De fato, percebe-se que há uma falta de atenção nesse aspecto e, sobretudo, um profundo desprezo à evolução e às transformações ocorridas no sistema internacional nas últimas décadas. Hans Morgenthau, o pai do realismo político, já dizia: “[...] o tipo de interesse que determina a ação política em um determinado período da história depende do contexto político e cultural dentro do qual é formulada a política externa” (MORGENTHAU, 1978, p. 18). Isso não tem sido devidamente observado quando se fala da Cooperação Sul-Sul. As condições e os momentos nos quais foram cunhadas as ideias que resultaram no encontro de Bandung eram outros; as necessidades e os objetivos iniciais eram outros, completamente diferentes dos desafios que esses países hoje enfrentam, mas se ignora isso e ainda se segue acreditando e propagando esses discursos. Nesse sentido, as relações sino-africanas têm conhecido poucas abordagens críticas, razão pela qual o presente trabalho assumiu o desafio de trazer uma outra perspectiva a respeito das mesmas, que,

como já foi dito, são bem antigas. A seção a seguir faz uma breve contextualização a esse respeito.

RELAÇÕES SINO-AFRICANAS: BREVE HISTÓRICO

Os primeiros contatos sino-africanos, segundo Rodrigues (2011), remontam séculos⁵; ou seja, os primeiros contatos entre os dois polos, por assim dizer, envolvendo trocas comerciais, são bastante antigos. Porém,

“[...] só na época contemporânea, sobretudo desde a fundação da República Popular da China, em 1949, dado esse país não ter até então uma posição expansionista como a que tinham, por exemplo, os Estados Unidos da América é que o interesse neste continente passou a ser um interesse mais constante”. (RODRIGUES, 2011, p. 14)

A abertura econômica da potência asiática a partir da década de 1970 (já com a maioria das nações africanas tendo logrado sua independência política das metrópoles europeias) marca um período forte na aproximação da China ao continente. Ou seja, a partir desse período (o qual a potência asiática aproveitou apregoando questões como similaridade histórica, similaridade nos âmbitos sociais e econômicos conforme já foi destacado de antemão) as relações político-diplomáticas entre ambas ganharam outra dimensão.

Na ótica de Rysdyk (2010), esse período é caracterizado por uma relação de aproximação essencialmente assente nos interesses políticos e ideológicos do governo de Mao Tse Tung, com fortes apoios logísticos e bélicos, além de treinamentos aos guerrilheiros africanos de modo a melhor fazerem frente ao colonialismo ocidental nas terras africanas. Esse interesse político-ideológico transcendeu as batalhas independentistas e, nos anos que se seguiram, também se podia perceber por meio de seguintes questões: (1) o apoio diplomático prestado à China pelos países africanos pela ocasião do isolamento diplomático que ela sofrera em face ao massacre da praça Tiananmen (pela qual foi acusada pelos países ocidentais de violar os direitos humanos);

⁵ De acordo com essa autora, a partir do século X d.C. começaram os primeiros movimentos migratórios chineses, vindos das províncias de Fujian, Guangdong e Hainan rumo à costa africana. Ainda na ótica da mesma, soma-se a isso o breve período de expansão marítima, no século XV, com a célebre viagem diplomática de Zheng He (RODRIGUES, 2011, p. 14).

(2) a luta de Pequim para o não reconhecimento de Taiwan como um país independente, exigindo os países africanos o cumprimento deste pressuposto para o estabelecimento de relações de cooperação (volto a isso na próxima seção desse trabalho); (3) o importante apoio dos países africanos por meio de votos nas diferentes organizações e fóruns internacionais e multilaterais, particularmente as Organização das Nações Unidas⁶ (ONU), visto que o continente africano conforma um grande número de países votantes naquela organização.

Não obstante, essas relações conheceram um profundo retrocesso justamente na década de 1980, período no qual a China se voltou a questões domésticas e os países africanos também, atravessando momentos econômicos difíceis, tendo sido obrigados a aplicarem as medidas do famoso reajuste estrutural (fruto do Consenso de Washington) sugeridas pelos países e organismos multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (GREGIS, 2014). A reaproximação após esse período (já nos finais da referida década e início da seguinte, 1990), conforme essa autora foi motivada – além do enfrentamento ao isolamento por acontecimentos da praça Tiannanmen já referenciado – pela busca por parte da China de matérias primas e outros importantes recursos para manter o ritmo de crescimento tanto populacional quanto econômico. Diante disso, o país asiático muda sua estratégia na sua relação com o continente a partir daquele momento e essa súbita mudança conformava a “[...] substituição das estratégias políticas voltadas à ideologia em detrimento das voltadas para o desenvolvimento econômico” (GREGIS, 2014, p. 24). As relações entre as duas, portanto, ganharam, a partir dali, um novo escopo, e, conseqüentemente, um pendor mais pragmático. Nessa senda, surge então, no começo do atual milênio (nos anos 2000) o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC, sigla em inglês); um mecanismo de concertação entre as duas partes criada pela potência asiática com finalidade de revitalizar e estreitar mais ainda as relações com o continente a partir das necessidades que a mesma tinha – as quais eram (ou são) muito particularmente ligados ao acesso a novos mercados para o escoamento

⁶ Nesta ótica, conforme a mesma autora, os países africanos foram cruciais na obtenção de cadeira como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU pela China, contribuindo com o total de 26 dos votos.

dos seus produtos manufaturados entre outros. Talvez o mais importante e principal objetivo de Pequim, criação e consolidação de uma nova zona de influência.

A criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), em 2000, marcou o início do processo de revitalização e fortalecimento da relação sino-africana. A primeira reunião pautou-se nos esforços para a formação de um novo tipo e nível de parceria, caracterizando o FOCAC como a principal plataforma ao diálogo e coordenação China-África. Os discursos e documentos oficiais destacam que esse estreitamento de relações representou a base para o desenvolvimento de uma renovada aliança estratégica Sul-Sul, fundamentada na igualdade política, a confiança recíproca, na cooperação econômica *win-win* e no intercâmbio cultural. (LOPES *et al.*, 2013, p. 82)

Em conformidade com Visentine (2013), o funcionamento do referido fórum se dá por meio de conferências ministeriais de frequência trienal, ocorrendo alternadamente uma edição em Pequim e outra em um país africano. Nesse sentido, a primeira dessas Conferências Ministeriais ocorreu na capital da potência asiática (Pequim) em outubro de 2000 e contou com a presença de cerca de 88 ministros de 44 países africanos, sendo uma boa ocasião para que o país asiático aproveitasse para anunciar o cancelamento de dívidas de mais de U\$\$ 1,2 bilhões, com cerca de 31 países africanos, atitude que foi aplaudida pelos representantes desses países (PEREIRA, 2011), um movimento muito estratégico e assertivo do gigante asiático. Na esteira da referida plataforma (FOCAC), em sua terceira edição neste caso, ocorrida em 2006 em Pequim, a potência asiática lançou, em comemoração ao quinquagésimo aniversário das relações sino-africanas, um documento⁷ voltado para a definição de suas políticas cooperativas com os seus pares africanos. No referido documento, assim como outras iniciativas chinesas desde a oficialização de sua relação com o continente, mais especificamente a partir de conferência de Bandung como já se referiu, foi notória a ênfase dada aos discursos de solidariedade, amizade entre povos chineses e africanos, não condicionalidade, igualdade, mútuo benefício, desenvolvimento etc., discursos esses contrariados por alguns fatos a serem enaltecidos doravante, os quais nos convidam a todos para, de alguma maneira, repensarmos as relações sino-africanas.

⁷ Este documento ficou conhecido como *China White paper* e foi destinado a estabelecer as diretrizes da nova era de cooperação sino-africana em múltiplos setores.

VELHOS DISCURSOS E NOVAS PRÁTICAS: ALGUMAS INCONGRUÊNCIAS EM VOLTA DA ATUAÇÃO DA CHINA NA ÁFRICA

Como nos lembra Dent (2014), em sua ascensão como potência no sistema internacional, a China tem procurado estabelecer relações político-econômicas com praticamente todos os países e regiões⁸ no mundo todo, particularmente com os do mundo em desenvolvimento, os denominados de Sul-Global, nomeadamente da América Latina e Ásia Central; mas entre esses, é com a África, o continente com maior número de países em desenvolvimento que ela tem estabelecido os elos mais próximos e profundos. Contudo, essa expansão de Pequim para o continente africano tem sido acompanhada, desde primórdios, como já foi enfatizado, pelos discursos de solidariedade, ajuda ao desenvolvimento e crescimento econômico, igualdade, não exploração, não ingerência nos assuntos internos, respeito as diferenças entre outras. Porém, há uma pergunta que não quer calar sobre isso tudo e é a seguinte: será que de fato atuação da potência asiática no continente faz devidamente jus a esses discursos? O presente trabalho assume que não e se predispôs, doravante, com base em alguns fatos provar tal assunção.

Antes de avançar, justifica-se salientar que autores como Visentine⁹ (2013), por exemplo, são da tese de que a China pratica uma cooperação com a África na base de troca de experiências, não ingerência nos assuntos internos e não imposição de condicionalidades. Ou seja, “Diferentemente do ocidente, os chineses não impõem aos países receptores de seu auxílio demandas e condicionalidades políticas” (VISENTINE, 2013, p. 20). Na ótica deste autor, muito embora em algum momento reconheça que a China tem sim interesses nos recursos energéticos, minerais entre outros, não saqueia o continente. Ainda segundo esse autor, a China, por ser um país em desenvolvimento, não possui capacidade e (ou) condições de impor nada aos países africanos (e nem pretende) e a cooperação é benéfica para os africanos e é de longo prazo; neste sentido, as críticas

⁸ Essa expansão, investimento e alargamento de base e de zona de influência da China, contudo, nos dizeres de Neves (2013, p. 77), não é inocente e tem a ver, grosso modo, com o objetivo de “[...] responder aos riscos elevados de insegurança alimentar futura na China, resultado da redução drástica de terra arável e da indisponibilidade de água, agravada pelos contornos da crise dos alimentos de 2007-2009 [...]”.

⁹ Para esse autor, “[...] sendo a China um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas os países africanos não se sentem mais abandonados, pois têm um ‘protetor’ contra as iniciativas do ocidente desfavoráveis aos estados africanos” (VISENTINE, 2013, p. 20).

de atores ocidentais, nos seus moldes, é porque estes estão perdendo espaço para a China e seus discursos são proferidos para macular a imagem do gigante asiático perante os líderes africanos. Entretanto, num primeiro momento, esse discurso se mostra ineficaz quando levamos em conta as colocações do Hattori (2001 apud Rodrigues, 2011), que afirma o seguinte:

No contexto ideológico da aproximação da China a África é importante mencionar que este não aparenta ser um processo inocente ou filantrópico, mas antes uma forma de expansionismo geoeconômico, correspondendo nessa medida à nova formulação doutrinária e ideológica tecnocrática. As políticas externas assistencialistas da China em África parecem confirmar uma concepção mais realista da ajuda externa como ferramenta de dominação simbólica. (HATTORI, 2001 apud RODRIGUES, 2011, p. 03)

Ora, não seria exagero concordar com esse autor nesse primeiro momento, até porque, como apontam as literaturas já mencionadas, houve, principalmente a partir dos anos 1970 com a abertura econômica e posteriormente nos anos 1990 e início do atual milênio, um gigantesco movimento da potência asiática ao continente africano em busca de recursos naturais e energéticos, o que de fato sustenta essa tese. A FOCAC, iniciativa referenciada de antemão, além de várias outras (por exemplo, o Fórum Macau¹⁰, destinado apenas aos países africanos falantes do português, entre os quais a Guiné-Bissau) reforçam essa percepção. Tendo sido enaltecidas essas questões, agora vamos a alguns fatos que, em minha humilde visão, contrariam fortemente – não apenas a tese de Visentine, mas também e sobretudo os discursos surgidos em Bandung – os quais têm permeado e moldado as relações sino-africanas desde então.

O primeiro deles é o caso Taiwan¹¹, que, na visão de muitos (inclusive de Visentine) nem sempre aparece como uma questão preocupante, quando deveria ser. Nesse sentido, na visão de Neves (2013), apesar do discurso de inexistência de condicionalidade política, a China impõe, sim, condicionalidade a países africanos por meio da obrigatoriedade de reconhecer a existência de *one China*¹²; dita de outra forma,

¹⁰ O Fórum Macau (FM) é uma plataforma de estreitamento de relações entre a China e a Comunidade de Países de Língua Oficial (CPLP), o qual contempla países africanos falantes da língua portuguesa. Neste sentido, “A região tem funcionado como um eixo de ligação entre o Oriente e o Ocidente e, mais intensamente, entre a China e os países lusófonos” (VELOSO, 2015, p. 53).

¹¹ Ver: Neves (2013, p. 80) para maior aprofundamento sobre essa questão.

¹² Um só China, na tradução livre em português.

o reconhecimento de uma só China se apresenta nesses moldes como pré-condição para o estabelecimento de relações político-diplomáticas com Pequim. Países africanos como Gâmbia, Serra Leoa, São Tomé e Príncipe e Suazilândia, os quais optaram por manter as relações diplomáticas com Taiwan tiveram as suas relações com Pequim suspensas. Entretanto, a partir disso, percebe-se que o discurso de não condicionalidade acaba ficando mais no campo retórico do que prático, o que precisa e merece ser problematizado e tensionado. Nesta mesma perspectiva, outra questão que envolve condicionalidade imposta pela potência asiática diz respeito à preferência dada às empresas e mão de obra chinesas em detrimento das locais, o que é certamente muito prejudicial ao crescimento e desenvolvimento das comunidades locais, uma das bases de sustentação da retórica chinesa. Portanto, uma grande contradição vis-à-vis os discursos de não exploração e mútuos benefícios. Sobre essa questão, segundo Sun (2014),

Na maioria das vezes, para prover ajuda financeira à África, Pequim exige que a construção de infraestrutura e outros contratos favoreçam os prestadores de serviços chineses: setenta por cento deles vão para empresas chinesas "aprovadas", em sua maioria estatais, e o restante fica aberto a empresas locais, muitos dos quais também são *joint ventures* com grupos chineses. (Tradução nossa)¹³. (SUN, 2014, p. 8)

Para esta pesquisadora, tese que subscrevo, a lógica disso é que a dita solidariedade e ajuda internacional e relações *win-win* chinesas na África acaba criando negócios e oportunidades para companhias e trabalhadores chineses (um dos objetivos de sua política e estratégia de *Going out*¹⁴) ao invés de criar oportunidades para o desenvolvimento dos populares locais; o que, assim como o caso Taiwan, contraria o discurso de desenvolvimento e apoio mútuo. Somando-se as essas questões, um último fato importante a elucidar a respeito disso tem a ver com as práticas de pescas ilegais levadas a cabo pelas frotas chinesas nas águas costeiras africanas, particularmente nas regiões da costa ocidental e o Golfo da Guiné (dois dos mais importantes ecossistemas marinho do Atlântico), um problema pouco tensionado pela academia, mas que já vem

¹³ No original: "In exchange for most Chinese financial aid to Africa, Beijing requires that infrastructure construction and other contracts favor Chinese service providers: Seventy percent of them go to "approved," mostly state-owned, Chinese companies, and the rest are open to local firms, many of which are also joint ventures with Chinese groups".

¹⁴ Ver: Neves 2013, p. 75, para mais pormenores.

sendo denunciado há algum tempo a esta parte pelas organizações não-governamentais nacionais e internacionais ligadas as questões de ambiente e de boa prática.

Nesse sentido, de acordo com um documento oficial da Greenpeace¹⁵, uma organização não-governamental do ambiente sem fins lucrativos, foram documentados, entre os anos de 2000 e 2006 e 2011 e 2013, algo em torno de 183 casos de pesca ilegal em seis países da costa ocidental africana (Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné-Conakry, Mauritânia, Senegal e Serra Leoa), dos quais 118 eram das companhias chinesas atuantes nas águas continentais daquela região africana. De total desse caso, conforme esse documento, 41% era em relação a pesca nas áreas proibidas, 14% em relação a aplicação indevida das malhas acordadas e 38% por motivos de atuação sem licença válida. Além das questões envolvendo a manipulação da tonelagem correta das capturas, retirada proposital de dispositivos colocados nas embarcações com finalidade de ajudar na fiscalização, conhecidas como *Vessel Monitoring System* (VMS) e, por fim, a manipulação das posições e (ou) localizações na interação com os órgãos de fiscalização na terra. Os casos mais recentes aqui em relato, envolvendo a prática de pesca ilegal pelos operadores chineses, ainda conforme esse documento, foram observados por seu navio “Esperanza”, que navegava nas Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) do Senegal, Guiné-Bissau e Guiné Conakry entre 26 de outubro e 21 de novembro de 2014, ano de produção do referido documento¹⁶. Somente nas águas guineenses, à época, o navio documentou 16 atividades ilegais de pesca por 12 navios de bandeira chinesas ou empresas que pertencem a este país, ou seja, em média, um caso de pesca chinesa ilegal a cada dois dias. O chefe da mesma organização para a China, Rashid Kang, atribui a ocorrência desses eventos à fraca capacidade dos países africanos de supervisionar as suas águas territoriais e continentais – característica marcante e estruturante da maioria dos países africanos, infelizmente.

Entretanto, esses e outros fatos, conforme sinalizado pelo mesmo documento acima referenciado, “[...] minam a parceria de benefício mútuo que o governo chinês

¹⁵ Conforme o referido documento, em apenas 30 anos as companhias chinesas que operam nas águas costeiras africanas aumentaram a sua capacidade no exercício de atividade pesqueira de 13 frotas em 1985 para 462 em 2013, o que corresponde a um quinto da totalidade de sua indústria pesqueira global.

¹⁶ Há dados mais recentes sobre atividades piscatórias ilegais chinesas documentados pela referida ONG. Estes dados constam num relatório recente (2020), intitulado: “Enjoo Marítimo: enquanto a África Ocidental está bloqueada pela Covid-19, as suas águas continuam abertas pela à pilhagem”.

busca estabelecer com os países africanos¹⁷ (GREENPEACE, 2014, p. 2, tradução nossa). Dito de outra maneira, os fatos apresentados expõem a contradição existente entre o discurso e a prática do que de fato seja uma cooperação imbuída de solidariedade (no sentido mais profundo do termo) e ajuda ao desenvolvimento. De todo modo, esses fatos vêm nos lembrar, todavia, que, como chegou a colocar Milani (2018), embora o termo solidariedade seja usado com bastante frequência pelos países, isso não significa dizer que estes abdicam e (ou) desfazem de estratégias e motivações visando ganhos próprios – o que, em sua concepção, se aplica tanto aos países do Norte quanto aos do Sul. Portanto, nessas bases, repensar as relações sino-africanas torna-se uma tarefa urgente e inadiável. Uma tarefa obrigatória para todos que se engajam nos estudos que envolvem o tema, sobretudo para aqueles que acreditam na “conspiração” ocidental, como é o caso de Visentine (2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível perceber, a conferência de Bandung e os discursos emanados dela foram de grande relevância para o intensificar e o desenvolver das relações sino-africanas ao longo das últimas décadas. As afinidades ideológico-históricas também tiveram um papel chave para a aproximação dos dois polos, conforme vimos na segunda seção. O continente africano, desde sua libertação política total dos colonizadores europeus, vem se deparando com enormes dificuldades para devidamente se inserir nesse sistema internacional altamente competitivo e desigual – razão pela qual tem sido uma “presa” fácil dos interesses alheios em seus recursos naturais – e a aproximação chinesa não é diferente nesse aspecto. Esta tem aproveitado as fragilidades que o continente apresenta para atender sua agenda e interesse próprios, conforme aqui ficou demonstrado.

Antes de avançar para o fecho do trabalho, importa assegurar que aqui não se trata de ódio ou preconceito contra a China (que alguns hoje inclusive apelidam de “Chinofobia”), de forma alguma, mas sim de uma modesta chamada de atenção acerca de algumas de suas ações que, conforme foi possível constatar, não se coadunam com aquilo que é o discurso que tem norteadado a sua relação com a “Mama” África. Consciente da

¹⁷ No original: “[...] undermine the mutually-beneficial partnership which the Chinese government is seeking with”.

importância da relação do continente com esse país asiático redijo este trabalho justamente na tentativa de contribuir para a melhoria da mesma. É minha responsabilidade – sendo pertencente à nova geração de africanos que se querem de fato autônomos e livres de dependência e exploração de qualquer ordem – ter a coragem e altivez de aplaudir o que deve ser aplaudido e repudiar (com veemência inclusive) o que deve ser repudiado. Como salientei, a China é um parceiro importante para a África e acredito que o continuará sendo; no entanto, algumas de suas ações (como as que aqui foram elucidadas) precisam e merecem ser denunciadas e, como consequência disso, sua relação com o continente repensada.

REFERÊNCIAS

BISSIO, Beatriz. **A Posteridade do espírito de Bandung:** continuidade e ruptura na diplomacia do Sul 1955-2015. Revista Contra Relatos desde el Sur, n. 12.

COSTA LEITE, Iara. **Cooperação Sul-Sul:** conceito, história e marcos interpretativos. Observador Online, v.7, n.03, mar. 2012.

GREENPEACE. **Africa's Fisheries' Paradise at a crossroads:** investigating chinese companies' ilegal fishing practices in West Africa. Maio, 2015.

GREGIS, Thais Dias. **China na África:** reações ocidentais e principais consequências para a segurança e o desenvolvimento africano. 2014. 114 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharel em Relações Internacionais) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria-RS, Santa Maria.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. **Cooperação internacional para o desenvolvimento:** institucionalidades e agendas em distintos contextos econômicos e políticos. In: IVO, Anete B.L. (org.). *A reinvenção do desenvolvimento: agências multilaterais e produção sociológica.* Salvador: EDUFBA, 2016.

LOPES, B. F.; NASCIMENTO, D. C. do.; VADELL, J. A. **FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação sul-sul sino-africana.** Carta Internacional: Associação Brasileira de Relações Internacionais. Vol. 8, n. 2, jul. dez. 2013 [p. 81 a 99].

MENDES, Carmen Amado. **A China e a Cooperação Sul-Sul.** Junho. 2010, p. 039-046.

MILANI, Carlos. **A evolução histórica da Cooperação Note-Sul.** In: SOUZA, André de Mello e (org.). *Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento.* Brasília: Ipea, 2014.

MILANI, Carlos R.S. **Solidariedade e Interesse:** motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento. 1ª edição – Curitiba: Appris, 2018.

MORGENTHAU, Hans J. **Política entre as Nações.** Brasília: Editora UnB, 2002.

NEVES, Miguel Santos. **A China e a Índia no Atlântico Sul**. Junho, 2013. [pp. 071-094]. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n38/n38a07.pdf>, acesso em: 13/10/2017.

PAPELO, João Bandeira de Melo. **Recursos Minerais e suas Extrações na África**. Wordpress.com. Fevereiro, 2013. Disponível em: <https://joaopapelo.wordpress.com/2013/02/04/recursos-minerais-e-suas-extraccoes-na-africa/>, acesso em: 09/02/2018.

PEREIRA, Aniele Souza. **Relações China-África: A Estratégia Política e Econômica da China no Continente Africano**. 2011. 59 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais), Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa.

RODRIGUES, Helena. **A Afirmação da China em África e a utilização de Macau como Plataforma de Aproximação aos Países Lusófonos**. Centro de Estudos Sociais. Coimbra, 2011.

RYSDYK, Janaina. **A Política Externa Chinesa para a África: uma análise dos casos do Sudão e da Nigéria**. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SILVA, Julinho Braz da. **A Cooperação Sul-Sul como Instrumento para o Desenvolvimento: perspectivas para a República da Guiné-Bissau**. 2011. 159 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SUN, Yun. **Africa in China's Foreign Policy**. John L. Washington D.C. Bookings, 2014.

VISENTINE, Paulo G. Fagundes. **África e as Potências Emergentes: nova partilha ou cooperação sul-sul?** Porto Alegre. Centro de Estudos Africanos da Ufrgs. Editora Leitura XXI, 2013.